

PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR NO BRASIL

**André Luis Sales Santana¹, Carlos Alberto Santana Fortunato²,
Friedhilde M. K. Manolescu³.**

1-2,3 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FCSA - Universidade do Vale do Paraíba –
Av. Shishima Hifumi, 2911 - Urbanova - Cep: 12224-000 - São José dos Campos - SP-
e-mail: andrelssantana@yahoo.com ¹, santanafortunato@yahoo.com.br ², frida@univap.br ³.

RESUMO - O presente trabalho descreve a trajetória da Previdência Social no Brasil desde sua criação até o presente momento. Procura apontar, também, os motivos do desequilíbrio nas contas do governo, e outros elementos importantes para subsidiar o tema, como os dados referentes às expectativas de sobrevivência. Os dados foram trabalhados a partir de comparações com os de outros países, em relação à idade de aposentadoria, variação de salários, custos administrativos, rendimentos de capitalização e comparação de idade para aposentadoria. São apresentados dados específicos do Brasil em relação ao número de trabalhadores por aposentados, proporção de idosos na população e a evolução das despesas da previdência social.

Palavras-chave: Proteção Social do Trabalhador no Brasil, Previdência, Assistência.

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

A previdência Social no Brasil atende a duas finalidades, Assistência Social e Proteção Social. Com relação ao primeiro aspecto, a previdência social no Brasil foi criada para dar assistência financeira para aquelas pessoas que já trabalharam e contribuíram ao longo de suas vidas ao sistema previdenciário e agora estão deixando o mercado de trabalho. Os novos trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho formal irão contribuir para o pagamento de benefícios destes aposentados, e isto se repetirá com as futuras gerações criando assim um ciclo repetitivo.

Proteção Social –

Com o passar dos anos o governo acrescentou outra finalidade a previdência, ela passou a ser utilizada também para proporcionar proteção social aos trabalhadores formais, seu objetivo é assegurar o sustento do trabalhador e de sua família, quando ele não pode trabalhar por causa de doença, acidente, gravidez, prisão, morte ou velhice. É a previdência social quem paga seu salário até que ele recupere as condições de exercer suas atividades.

Histórico da Previdência Social

Segundo Lahóz (2003): Embora instituições com alguma vaga semelhança com mecanismos previdenciários tenham existido no Brasil já na época do império, foi só com a lei Elói Chaves,

1923. No início da década de 1930, por iniciativa do Ministério do Trabalho, há uma revisão das regras relativas que levou a uma grande ampliação do número de caixas. Até 1937, o Estado não interferia na administração, e as caixas se faziam por empresas. A partir daí, surgem os institutos de aposentadoria e pensões organizados por categoria profissional. No Brasil, o modelo previdenciário foi estruturado a partir da década de 40, no governo de Getúlio Vargas. O sistema adotado foi centrado no modelo de repartições simples, também conhecido por Pacto de Gerações, que se baseia no custeio da massa de aposentados e pensionistas através das contribuições dos trabalhadores na ativa. Quando o Sistema de Repartição Simples foi adotado no Brasil, havia uma proporção de 15 trabalhadores na ativa contribuindo para o sistema, para cada aposentado ou pensionista recebendo benefícios da Previdência Social. Com o passar dos anos, devido a fatores administrativos, conjunturais e estruturais, o modelo foi apresentando um desequilíbrio na relação, contribuintes X aposentados e pensionistas.

Tabela 1 - Número de Trabalhadores (T), Por Aposentado (A)

Ano	T / A	Ano	T / A
1950	7,9	1997	1,7

1970	4,5	1998	1,3
1980	3	1999	1,3
1990	2,5	2001	1,3
1996	1,8	2002	1,2

Fonte: www.ibge.gov.br

A constituição de 1988 ampliou o universo de beneficiário sem mexer nas regras de arrecadações, criando assim um evidente descompasso entre receita e despesa. Em 1991, estabelece o regime geral da previdência social. Por ele, são obrigatoriamente filiados ao INSS os trabalhadores vinculados à iniciativa privada: empregados, empresários, autônomos, avulsos e trabalhadores especiais. Em 1998 e 2003 ocorrem algumas alterações dentre elas o aumento no tempo de contribuição e limite de idade. (Lahóz, 1999)

Motivos do Desequilíbrio e Problemas da Previdência Social no Brasil.

Período de Contribuição

Após 35 anos de contribuição (ou 30 no caso das mulheres), poderá se aposentar qualquer que seja sua idade. Isso explica uma quantidade enorme de aposentadorias precoce no país, encarecendo o sistema. Hoje isto mudou, pois para se aposentar por tempo de contribuição o trabalhador deverá ter atingido 50 anos ou mais de idade.

Informalidade

Dado o emaranhado de leis da selva econômica brasileira, a parcela dos trabalhadores formais vem caindo bastante nos últimos anos. Os trabalhadores informais muitas vezes não pagam nenhum tipo de imposto pior para as contas do governo.

Impostos

Os impostos elevados incentivam a informalidade no Brasil, por exemplo, no início, a contribuição previdenciária correspondia a 3% do salário. Hoje varia 8% a 11%, dependendo da renda do trabalhador. Na hora de se aposentar o trabalhador da iniciativa privado tem um limite em sua aposentadoria, já no caso dos servidores públicos, o que conta é o último salário.

As mulheres estão tendo menos filhos, e vem ocorrendo uma queda no índice de natalidade. A expectativa de vida está crescendo, e o resultado é que existem mais idosos recebendo benefício e menos jovens contribuindo, isto faz com que a relação entre trabalhadores na ativa e

aposentados caia drasticamente, como podemos observar na tabela 2 e 3 abaixo.

Tabela 2 - Proporção de Idosos na População

Ano	% de Idosos
1960	4,70
1970	5,10
1980	6,10
1991	7,30
2000	8,60

Fonte: www.ibge.gov.br

Tabela 3 - Expectativa de Sobrevida no Brasil 1930 a 2000

Anos	1930/1940		1970/1980		2000	
	H	M	H	M	H	M
0	39	43	55	60	65	73
10	45	48	53	57	58	65
20	38	40	45	48	49	56
30	31	33	37	40	40	46
40	24	26	29	32	31	36
50	18	20	22	24	23	28
55	16	17	19	21	20	24
60	13	14	16	17	16	20
65	11	11	13	14	13	16
70	08	09	11	11	10	12

Fonte: www.previdenciasocial.gov.br

Previdência Social, uma Despesa para o Governo.

O pagamento das aposentadorias no país consome toda a contribuição da previdência social, ou seja, gasta-se mais com previdência do que se arrecada dos contribuintes da ativa. Além de caro e injusto, o modelo brasileiro é também absolutamente insustentável ao longo do tempo. Isso fica claro quando se olha para a evolução das despesas da previdência social, como podemos ver na tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Evolução das Despesas da Previdência Social do Brasil

Ano	Arrecadação Líquida INSS		Despesas Benefícios da Previdência	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
2001	62.983,50	5,25	74.183,50	6,18
2002	71.027,70	5,28	86.282,90	6,41

2003	80.730,10	5,33	105.278,00	6,95
2004	93.167,30	5,56	122.392,60	7,30

Fonte: www.planejamento.gov.br

Comparações dos Problemas da Previdência Social do Brasil, em Relação a Outros Países.

Idade de aposentadoria

Como podemos observar na tabela 4 abaixo, na Europa, e países bem mais ricos do que o Brasil, não permite que ninguém se aposente antes dos 65 anos, e muito destes países estão discutindo a ampliação para os 70 anos. Uma excentricidade brasileira é o acúmulo de aposentadorias e salários, nos E.U.A uma porcentagem de cada dólar que o aposentado ganha no mercado de trabalho é descontada de sua aposentadoria, a partir de certos níveis de salários, a aposentadoria é inteiramente anulada.

Variação de Salários

O Brasil também é um caso isolado quanto a mais um aspecto, o de permitir aposentadoria de valor correspondente aos salários da ativa, em especial para os funcionários públicos. Em países mais ricos que o Brasil, é absolutamente normal que os aposentados ganhem menos do que nos últimos anos trabalhados. Na Alemanha, por exemplo, os servidores recebem no máximo 70% do último salário. Na França, o teto é de 75%.

Custos Administrativos

Nos E.U.A os custos administrativos consomem apenas 1% das receitas, já no Brasil correspondem a 15% das receitas. O Brasil gasta com aposentadoria o dobro, proporcionalmente do que os países da Europa Ocidental, comparando com E.U.A, o Brasil gasta muito mais do que o dobro.

Rendimentos de Capitalização

O modelo já utilizado em muitos países é o de capitalização, a idéia básica é ter contas individuais para acumular as contribuições de cada pessoa. Esse dinheiro seria investido em ações ou títulos nos mercados globais. Portanto, ele tende a crescer com o passar dos anos. Nosso vizinho o Chile possui um sistema por capitalização há um bom tempo, e funciona bem, pois as pessoas estão recebendo seu dinheiro e o retorno das aplicações das contas tem sido muito bom.

Fonte: Lahóz, André. Revista Exame/ 17 Novembro de 1999.

Tabela 5 – Comparação de Idade Para Aposentadoria em Relação a Outros Países.

País	Idade H	Idade M	Gastos % PIB
Brasil	60	55	11,6%
Alemanha	65	65	13%
E.U.A	65	65	12,5%
França	60	60	13%
Inglaterra	65	60	11%

Fonte: Revista Veja Janeiro 2005.

Referências Bibliográficas:

- [5] www.ibege.gov.br Acesso:10/04/2005
- [5] www.ipea.gov.br Acesso: 10/04/2005
- [5] www.sead.gov.br Acesso:04/04/2005
- [5] www.mpas.gov.br Acesso 15/03/2005
- [5] www.planejamento.gov.br Acesso 18/05/05
- [3] Lahóz, André - Revista Veja –São Paulo, Editora Abril, Janeiro 2005, pág.84/87.
- [3] Lahóz, André - Revista Exame – São Paulo, Editora Abril, Novembro 1999, pág. 174/179.